

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**PUBLIC POLICIES FOR INCLUSION IN DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL:
ADVANCES, CHALLENGES AND PERSPECTIVES**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 25/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790277927](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790277927)

Wendel Antônio Porto¹

Gislene Gomes Camboim Porto²

Giselly Gomes Camboim³

Daniella Couto Lôbo⁴

RESUMO

A Educação a Distância tem se consolidado como uma ferramenta eficaz para ampliar o acesso à educação no Brasil, promovendo novas oportunidades de formação para estudantes de diferentes contextos sociais e geográficos. Apesar dos avanços proporcionados pelo crescimento da modalidade, permanecem desafios relacionados à inclusão digital, à acessibilidade dos ambientes virtuais, à formação docente e à permanência dos estudantes. Assim, este estudo apresentou como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira as políticas públicas de inclusão têm contribuído para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem com qualidade na Educação a Distância brasileira? A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas educacionais podem contribuir para reduzir desigualdades e fortalecer uma EaD mais democrática, acessível e inclusiva. O objetivo geral consistiu em analisar as políticas públicas de inclusão voltadas à Educação a Distância no Brasil, identificando avanços, desafios e perspectivas para sua consolidação. Como objetivos específicos, buscou-se compreender o conceito de inclusão educacional, analisar a evolução da EaD no país, discutir os principais obstáculos para a efetivação da inclusão e apresentar propostas para o fortalecimento das políticas públicas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise de estudos científicos, legislações e documentos oficiais. Conclui-se que, embora a EaD represente uma importante modalidade de democratização do ensino, sua efetividade depende de políticas públicas contínuas que garantam acesso às tecnologias, acessibilidade, formação adequada dos profissionais e condições de permanência e aprendizagem para todos os estudantes.

Palavras-chave: Acessibilidade; Democratização do Ensino; Educação a Distância; Inclusão Educacional; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Distance Education has emerged as an effective tool for expanding access to education in Brazil, fostering new educational opportunities for students from diverse social and geographic backgrounds. Despite the progress driven by the growth of this modality, challenges persist regarding digital inclusion, the accessibility of virtual environments, teacher training, and student retention. Thus, this study addressed the following research question: how have public inclusion policies contributed to ensuring not only access but also retention and quality learning in Brazilian Distance Education? The relevance of this research lies in the need to understand how educational policies can help reduce inequalities and strengthen a form of Distance Education that is more democratic, accessible, and inclusive. The general objective was to analyze public inclusion policies aimed at Distance Education in Brazil, identifying progress, challenges, and prospects for their consolidation. Specific objectives included understanding the concept of educational inclusion, analyzing the evolution of DE in the country, discussing the main obstacles to achieving inclusion, and presenting proposals to strengthen public policies. The research is qualitative in nature, relying on a bibliographic and documentary approach based on the analysis of scientific studies, legislation, and official documents. The study concludes that, while Distance Education represents a significant tool for democratizing education, its effectiveness depends on sustained public policies that guarantee access to technology, accessibility, adequate professional training, and conditions that support retention and learning for all students.

Keywords: Accessibility; Democratization of Education; Distance Education; Educational Inclusion; Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

A Educação a Distância consolidou-se como uma importante modalidade de ensino no Brasil, ampliando o acesso à educação por meio dos avanços tecnológicos e das tecnologias digitais de informação e comunicação. Embora tenha democratizado oportunidades educacionais para estudantes de diferentes contextos, sua expansão também evidenciou desafios relacionados à inclusão, especialmente quanto ao acesso, à permanência e à aprendizagem. Nesse cenário, as políticas públicas desempenham papel fundamental ao promover ações voltadas à inclusão digital, à acessibilidade, à formação docente e ao apoio institucional. Entretanto, persistem os obstáculos, como exclusão digital, as desigualdades socioeconômicas e as limitações estruturais que dificultam uma EaD plenamente inclusiva.

Diante desse contexto, este estudo analisou como as políticas públicas de inclusão contribuem para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem na Educação a Distância brasileira, identificando avanços, desafios e perspectivas para o fortalecimento de uma educação mais democrática e acessível. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, baseada na análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais, buscando compreender as contribuições e limitações das políticas de inclusão na EaD sob os aspectos sociais, tecnológicos e pedagógicos.

O artigo está organizado em quatro seções: inicialmente, apresenta a fundamentação teórica sobre inclusão educacional, evolução da EaD no Brasil e políticas públicas relacionadas à modalidade. Em seguida, discute os principais desafios para a inclusão, como exclusão digital, acessibilidade, formação docente e permanência estudantil. Posteriormente, aborda perspectivas para o fortalecimento da EaD inclusiva, incluindo ampliação do acesso à internet, plataformas acessíveis, tecnologias assistivas e inteligência artificial. Por fim, apresenta as considerações finais, destacando a importância de políticas públicas que assegurem não apenas o ingresso dos estudantes, mas também condições efetivas de permanência e aprendizagem de qualidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão educacional constitui um compromisso social e político voltado à garantia do direito de todos à educação, considerando as diferentes características e necessidades dos estudantes. Mais do que assegurar o acesso às instituições de ensino, envolve promover participação, aprendizagem e desenvolvimento, por meio da eliminação de barreiras que dificultam a trajetória acadêmica. Assim, uma educação inclusiva exige ambientes preparados para acolher a diversidade humana, respeitando aspectos sociais, culturais, econômicos e relacionados às deficiências. Atualmente, a inclusão é compreendida como um processo que envolve transformações nas instituições, nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas.

Segundo Loureiro e Silva (2021), é necessário superar uma visão restrita de atendimento específico e avançar para uma perspectiva de participação plena, garantindo recursos e estratégias que favoreçam a aprendizagem. Então, a inclusão deve ser entendida

como um princípio de construção de sistemas educacionais mais democráticos e acessíveis. Na Educação a Distância, essa discussão assume novos desafios, pois, apesar de ampliar o acesso à educação, a modalidade pode gerar exclusões quando não considera as desigualdades entre os estudantes. Nesse contexto,, fatores como acesso à internet, o domínio das tecnologias digitais, a acessibilidade das plataformas e adaptação dos materiais são essenciais para garantir uma formação de qualidade. Conforme Leigue et al. (2024), as políticas públicas de inclusão na EaD devem ir além da ampliação de matrículas, assegurando também condições de permanência e aprendizagem efetiva.

A Educação a Distância no Brasil apresenta uma trajetória marcada por diferentes etapas de desenvolvimento, acompanhando as mudanças tecnológicas e sociais do país. Inicialmente, esteve vinculada ao ensino por correspondência, rádio e televisão educativa, evoluindo posteriormente com a expansão da internet e das tecnologias digitais, que possibilitaram o uso de ambientes virtuais de aprendizagem e maior interação entre estudantes, professores e instituições. A regulamentação da EaD ocorreu de forma gradual, especialmente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconheceu a modalidade como uma forma de organização educacional. De acordo com Santos, Jung e Gevehr (2021), as políticas públicas foram fundamentais para sua expansão, destacando-se iniciativas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltada à ampliação do acesso ao ensino superior público em regiões com menor oferta de instituições presenciais.

Nos últimos anos, a EaD ganhou maior destaque, especialmente durante a pandemia da COVID-19, quando o uso de tecnologias

digitais se tornou fundamental para a continuidade das atividades educacionais. Contudo, esse avanço também revelou desigualdades relacionadas ao acesso à internet, infraestrutura tecnológica e suporte pedagógico. Segundo Nakada e Urban (2023), embora a EaD amplie oportunidades educacionais, sua consolidação depende de políticas que conciliem expansão, qualidade e inclusão, garantindo condições adequadas de acesso e permanência dos estudantes.

As políticas públicas educacionais brasileiras desempenham papel essencial na regulamentação e no fortalecimento da Educação a Distância como instrumento de democratização do ensino. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, fundamentando a criação de políticas voltadas à igualdade de oportunidades. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconheceu a EaD como modalidade educacional, permitindo sua expansão mediante critérios de qualidade e regulamentação específica. Outro marco relevante foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reforçou a necessidade de acessibilidade e participação das pessoas com deficiência no ambiente educacional, prevendo adaptações, recursos de tecnologia assistiva e condições adequadas de aprendizagem. Além disso, o Decreto nº 9.057/2017 regulamentou a oferta da EaD no país, estabelecendo diretrizes para o funcionamento e a avaliação dos cursos. Essa regulamentação evidencia o papel do Estado na organização da modalidade, estabelecendo diretrizes voltadas à garantia da qualidade e à expansão da educação a distância.

Apesar dos avanços legais, a efetivação de uma EaD inclusiva ainda enfrenta desafios, como desigualdade no acesso à internet, falta de

plataformas acessíveis, necessidade de formação docente e desenvolvimento de metodologias adequadas à diversidade dos estudantes. Por isso, as políticas públicas devem ir além da ampliação do acesso, garantindo também permanência, participação e sucesso acadêmico. A inclusão na EaD depende da articulação entre legislação, ações governamentais, práticas pedagógicas e compromisso institucional, assegurando que todos os estudantes tenham condições reais de concluir sua formação com qualidade.

3. DESAFIOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância tem contribuído para ampliar o acesso à educação, possibilitando oportunidades de formação para estudantes de diferentes regiões e contextos sociais. Entretanto, sua consolidação como instrumento de inclusão ainda enfrenta desafios, pois não depende apenas da oferta de cursos e do uso de tecnologias, mas também da garantia de condições que permitam acesso, participação, aprendizagem e conclusão da formação. Entre os principais obstáculos à inclusão na EaD destacam-se as desigualdades no acesso às tecnologias digitais, as limitações de acessibilidade dos ambientes virtuais, a necessidade de formação docente e o desenvolvimento de estratégias institucionais que favoreçam a permanência e o sucesso acadêmico, como discutido anteriormente. Portanto, compreender esses desafios é essencial para fortalecer políticas públicas e práticas educacionais voltadas a uma educação mais inclusiva e equitativa.

A exclusão digital representa um dos principais desafios para a consolidação de uma Educação a Distância inclusiva. Embora as

tecnologias digitais ampliem o acesso ao conhecimento, também revelam desigualdades relacionadas à conectividade, disponibilidade de equipamentos e domínio das ferramentas tecnológicas. Segundo Silva e Teixeira (2021), a inclusão digital não se limita ao acesso aos dispositivos, mas envolve a capacidade dos indivíduos de utilizá-los de forma efetiva para participação social e educacional. Na EaD, essa condição é essencial, pois dificuldades tecnológicas podem comprometer a participação, a interação virtual e a aprendizagem. Além disso, a desigualdade digital está relacionada a fatores sociais e econômicos, afetando sobretudo estudantes em situações de maior vulnerabilidade. Conforme Santos et al. (2022), a expansão da EaD deve ser acompanhada por políticas públicas que promovam democratização tecnológica, evitando que a modalidade amplie desigualdades já existentes. Assim, o enfrentamento à exclusão digital requer investimentos em infraestrutura, conectividade e formação para o uso das tecnologias de modo a ampliar as condições de acesso e aprendizagem na EaD e fortalecer seu papel de ampliação das oportunidades educacionais.

A acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem constitui um dos principais desafios para a inclusão na Educação a Distância. Para que essa modalidade seja efetivamente inclusiva, plataformas, materiais didáticos e recursos digitais devem considerar a diversidade dos estudantes, especialmente aqueles com deficiência ou necessidades educacionais específicas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) determina a garantia de acessibilidade e igualdade de oportunidades, incluindo adaptações e recursos tecnológicos que possibilitem a participação plena dos estudantes. Nesse contexto, as instituições devem desenvolver ambientes virtuais acessíveis, utilizando recursos como

leitores de tela, legendas, audiodescrição, materiais adaptados e tecnologias assistivas. Segundo Oliveira e Silva (2022), ainda existem dificuldades na implementação da acessibilidade digital, principalmente pela falta de planejamento inclusivo desde a criação dos cursos e materiais. Assim, a acessibilidade deve ser compreendida como um elemento de qualidade educacional, beneficiando não apenas estudantes com deficiência, mas todos os participantes ao ampliar as possibilidades de comunicação, interação e aprendizagem.

A formação docente é um elemento fundamental para garantir práticas pedagógicas inclusivas na Educação a Distância, já que, nessa modalidade, o professor precisa desenvolver competências relacionadas ao uso das tecnologias digitais, à mediação da aprendizagem on-line, ao acompanhamento dos estudantes e à criação de estratégias que considerem diferentes formas de aprender. Assim, sua atuação ultrapassa a transmissão de conteúdos, assumindo o papel de mediador do processo educativo e incentivador da autonomia e participação dos estudantes. Segundo Rodrigues e Almeida (2022), a formação continuada é essencial para que as tecnologias sejam utilizadas de forma pedagógica e inclusiva. O uso de ferramentas digitais, por si só, não garante inovação ou inclusão; é necessário que os docentes saibam aplicá-las para reduzir barreiras e ampliar oportunidades de aprendizagem. Investir na capacitação dos professores contribui para a qualidade da EaD e para o fortalecimento de práticas educacionais mais inclusivas.

A inclusão educacional na Educação a Distância não envolve apenas o acesso aos cursos, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. A entrada na modalidade representa apenas o início de um processo que depende de acompanhamento,

suporte institucional e condições adequadas para a conclusão da formação. Entre os principais desafios está a evasão, relacionada a fatores como dificuldades financeiras, falta de domínio tecnológico, ausência de apoio pedagógico, organização do tempo e isolamento no ambiente virtual. Segundo Costa e Sousa (2024), a permanência estudantil na EaD depende da qualidade da mediação pedagógica, do suporte institucional e da interação entre estudantes, professores e tutores. Por isso, ações como acompanhamento acadêmico, apoio tecnológico, tutoria qualificada e estratégias de integração são essenciais para reduzir a evasão e favorecer a aprendizagem. A inclusão deve ser entendida como um processo contínuo, que se inicia com o acesso, mas se concretiza quando o estudante consegue permanecer, aprender e concluir sua formação com qualidade. Dessa forma, a construção de uma EaD inclusiva exige a articulação entre políticas públicas, investimentos tecnológicos, formação profissional e compromisso institucional, garantindo condições reais de participação e aprendizagem para estudantes com diferentes necessidades e trajetórias.

4. PERSPECTIVAS E PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO NA EAD

Percebe-se, que, embora a modalidade tenha ampliado o acesso ao ensino superior e à formação continuada, ainda existem desafios relacionados à garantia de participação efetiva e igualitária dos estudantes. Seu fortalecimento exige políticas públicas, investimentos tecnológicos e práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos sujeitos envolvidos. Uma EaD inclusiva pressupõe compreender a democratização do ensino como um processo que envolve não apenas o acesso, mas também condições adequadas de aprendizagem, acessibilidade e permanência. Assim, as ações

voltadas à inclusão devem integrar infraestrutura tecnológica, inovação educacional, formação profissional e compromisso institucional.

A ampliação do acesso à internet é uma das principais perspectivas para fortalecer a inclusão na Educação a Distância, pois a modalidade depende diretamente das tecnologias digitais. Entretanto, as desigualdades de conectividade ainda representam uma barreira, especialmente para estudantes de regiões afastadas e grupos em situação de vulnerabilidade social. Segundo Silva e Behar (2022), a inclusão digital não envolve apenas infraestrutura tecnológica, mas também o desenvolvimento de competências para o uso crítico e produtivo dos recursos digitais. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à expansão da conectividade, oferta de equipamentos e formação digital são fundamentais para reduzir desigualdades educacionais. Garantir acesso à internet significa fortalecer o papel social da EaD, possibilitando que a tecnologia atue como instrumento de inclusão e ampliação das oportunidades educacionais.

Outra perspectiva essencial para a inclusão na Educação a Distância é o desenvolvimento de plataformas digitais acessíveis, capazes de atender à diversidade dos estudantes. Os ambientes virtuais de aprendizagem devem ser planejados considerando diferentes formas de interação e aprendizagem, garantindo autonomia aos estudantes com deficiência ou necessidades específicas. Logo, a acessibilidade deve ser incorporada desde a criação das plataformas, com base nos princípios do desenho universal para aprendizagem, reduzindo barreiras e ampliando a participação. Segundo Oliveira e Santos (2023), a acessibilidade digital ainda apresenta desafios nas instituições de ensino, principalmente pela falta de planejamento,

avaliação contínua e adaptação dos materiais pedagógicos. A inclusão, depende da integração entre recursos tecnológicos, políticas institucionais e formação profissional. Recursos como leitores de tela, legendas, materiais adaptados e diferentes formas de interação contribuem para uma experiência educacional mais flexível e inclusiva para todos os estudantes.

O avanço das tecnologias assistivas e da inteligência artificial apresenta novas possibilidades para fortalecer a inclusão na Educação a Distância. Essas ferramentas podem reduzir barreiras, ampliar a autonomia dos estudantes e proporcionar experiências de aprendizagem mais personalizadas. Recursos como leitores de texto, reconhecimento de voz, tradutores e soluções baseadas em inteligência artificial contribuem para maior participação nos ambientes virtuais de aprendizagem. Segundo Rodrigues e Lima (2024), a utilização de tecnologias emergentes na educação exige planejamento, formação profissional e análise crítica de seus impactos. A inteligência artificial pode auxiliar na identificação de dificuldades dos estudantes e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais adequadas, mas deve ser utilizada de forma ética, como apoio ao processo educativo e não como substituição da mediação humana. Dessa forma, tecnologias assistivas e inteligência artificial representam importantes caminhos para uma EaD mais acessível, personalizada e inclusiva.

Outro fator muito importante é o fortalecimento das políticas públicas, tornando-se fundamental para garantir a continuidade dos avanços relacionados à inclusão na Educação a Distância. Apesar dos marcos legais existentes voltados à democratização do ensino, ainda é necessário ampliar ações que transformem esses direitos em práticas efetivas. As políticas de inclusão devem envolver

financiamento, regulamentação, avaliação da qualidade dos cursos, acessibilidade, formação docente e apoio aos estudantes, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão da formação. O desenvolvimento da EaD brasileira depende de políticas articuladas que considerem as desigualdades sociais e regionais do país. A democratização educacional por meio das tecnologias digitais exige compromisso com qualidade e equidade, envolvendo a atuação conjunta do governo, instituições de ensino e sociedade. Dessa forma, o futuro da inclusão na EaD depende da integração entre tecnologia, políticas públicas e práticas pedagógicas, assegurando uma educação acessível e de qualidade para todos os estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou seu objetivo ao evidenciar que as políticas públicas de inclusão na Educação a Distância representam um importante instrumento para a democratização do acesso à educação no Brasil. A expansão dessa modalidade de ensino tem contribuído para ampliar oportunidades de formação para diferentes públicos, especialmente estudantes que, por questões geográficas, sociais ou profissionais, enfrentam limitações para frequentar instituições presenciais. Entretanto, os avanços alcançados demonstram que a inclusão educacional na EaD é um processo contínuo e que ainda demanda ações voltadas à superação de diferentes barreiras. Os estudos apresentados evidenciaram que a inclusão na Educação a Distância não deve ser compreendida apenas como a ampliação do número de vagas ou da oferta de cursos, mas, para que a EaD cumpra sua função social, é necessário garantir condições efetivas de participação, aprendizagem e conclusão dos estudos. Nesse sentido, desafios como a exclusão

digital, a falta de acessibilidade em ambientes virtuais, a necessidade de formação adequada dos professores e as dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes demonstram que a democratização do ensino depende de estratégias mais amplas e integradas.

Observou-se também que a tecnologia apresenta grande potencial para favorecer a inclusão educacional, desde que seu uso esteja articulado às políticas públicas, planejamento institucional e práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade. A disponibilização de recursos tecnológicos, plataformas acessíveis e ferramentas de apoio pode contribuir significativamente para reduzir desigualdades, porém esses recursos precisam estar associados a ações que considerem as diferentes realidades dos estudantes. Torna-se fundamental fortalecer políticas públicas que não estejam direcionadas somente ao acesso inicial à Educação a Distância, mas que garantam também a permanência, o acompanhamento acadêmico e a aprendizagem com qualidade. Uma educação verdadeiramente inclusiva exige investimentos permanentes em infraestrutura, conectividade, acessibilidade, formação docente e suporte aos estudantes ao longo de toda a trajetória formativa.

Portanto, a Educação a Distância apresenta-se como uma importante possibilidade de ampliação do acesso à educação e de promoção social. Entretanto, sua contribuição para a inclusão dependerá da capacidade das instituições e do poder público de promover condições equitativas para todos os estudantes. Garantir o direito à educação significa assegurar não apenas que os indivíduos tenham a oportunidade de ingressar em um curso, mas também que participem plenamente do processo educativo, desenvolvam

suas capacidades e concluir sua formação com qualidade e autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Costa, R. M., & Almeida, P. H. (2023). Políticas públicas e democratização da educação superior a distância no Brasil: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação e Tecnologia*.

Costa, R. M., & Sousa, L. F. (2024). Permanência e evasão na educação a distância: desafios para a gestão acadêmica e a inclusão educacional. *Revista Brasileira de Educação a Distância*.

Leigue, A. M. S. P., Santos, A. F., Silva, M. S., & Duarte, U. A. (2024). Políticas públicas de inclusão na educação a distância. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 23(4).

Loureiro, C. R. M. J., & Silva, R. L. (2021). Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, 2(3), 196–210.

Nakada, L., & Urban, R. (2023). Educação a Distância no Brasil: potencialidades, fragilidades e contribuições para a educação profissional e tecnológica. *EaD & Tecnologias Digitais na Educação*, 11(14), 104–121. <https://doi.org/10.30612/eadtde.v11i14.17542>

Oliveira, A. G; Silva, C. R. *Tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas na educação básica*. Revista Brasileira de Educação Inclusiva, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 85–103, 2022

Oliveira, A. P., & Santos, M. C. (2023). Acessibilidade digital e inclusão educacional em ambientes virtuais de aprendizagem. *Revista Educação, Tecnologia e Sociedade*.

Rodrigues, J. A., & Almeida, P. R. (2022). Formação docente e tecnologias digitais: desafios para uma educação inclusiva. *Revista Educação em Debate*.

Rodrigues, J. A., & Lima, F. R. (2024). Inteligência artificial e tecnologias assistivas na educação: possibilidades para práticas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação Digital*.

Santos, A. L. dos, Jung, C. F., & Gevehr, D. L. (2021). A Educação a Distância nas políticas públicas da Universidade Aberta do Brasil: uma revisão sistemática. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 22(5), 655–664. <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2021v22n5p655-664>

Santos, L. M., et al. (2022). Inclusão digital e democratização do acesso à educação a distância no Brasil. *Revista de Educação e Tecnologia*.

Silva, K. K. A., & Behar, P. A. (2022). Competências digitais e inclusão tecnológica na educação contemporânea. *Educação & Sociedade*.

Silva, K. K. A., & Teixeira, A. C. (2021). Inclusão digital e educação: desafios contemporâneos para o uso das tecnologias. *Revista Educação e Sociedade*.

¹ Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8183255127356419>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9621789831570431>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, pela Must University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutora em Educação pela Pontifícia Universitária de Goiás- GO, Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais (UNIMAIS). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4512-6745>. CV: <https://lattes.cnpq.br/8472764115739789>